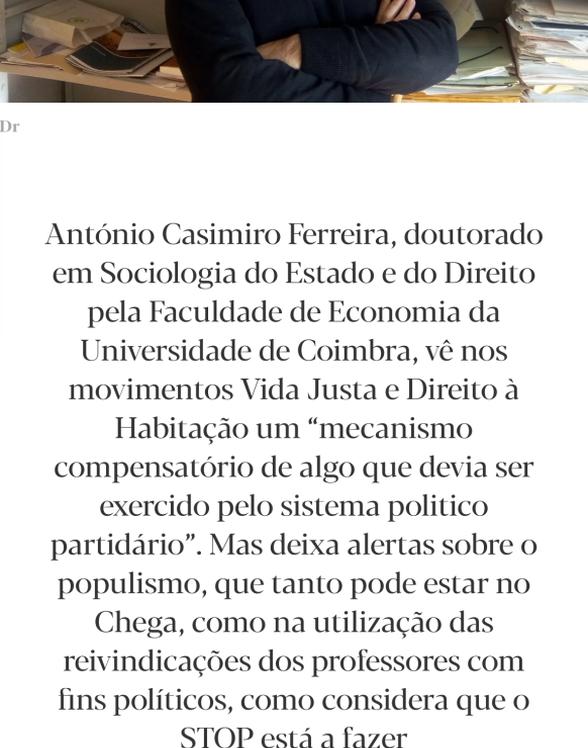




Exclusivo

POLÍTICA

# "Há movimentos que buscam uma via de radicalização e usam as reivindicações no espaço público com esse fim"



António Casimiro Ferreira, doutorado em Sociologia do Estado e do Direito pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, vê nos movimentos Vida Justa e Direito à Habitação um “mecanismo compensatório de algo que devia ser exercido pelo sistema político partidário”. Mas deixa alertas sobre o populismo, que tanto pode estar no Chega, como na utilização das reivindicações dos professores com fins políticos, como considera que o STOP está a fazer

9 FEVEREIRO 2023 13:20



**Filipe Garcia**  
Editor adjunto de Política

**E** stão em preparação duas grandes manifestações mobilizadas pro movimentos de cidadãos: a 25 de fevereiro a pedir uma Vida Justa e a 1 de abril pelo direito à habitação. Professor na Universidade de Coimbra, António Casimiro Ferreira vê com bons olhos o surgimento de movimentos cívicos distantes do panorama político-partidário, mas deixa alertas. Reflexo das insuficiências dos partidos, hoje “incapazes de mobilizar as pessoas fora dos momentos eleitorais”, a deriva para o populismo pode estar ao virar da esquina e há sempre o risco da agenda política ser deturpada. A greve dos professores, mesmo com “aspirações mais que justas”, é um exemplo. **“Uma coisa é um caderno reivindicativo, outra é o modo como é exercido o direito à greve, e outra ainda a da ultrapassagem para uma agenda política”**, diz.

## **O aparecimento de movimentos como os promotores das manifestações de 25 de Fevereiro (Vida Justa) e 1 de Abril (Direito à Habitação) é reflexo do afastamento dos partidos da sociedade civil?**

Avalio estes movimentos e estas dinâmicas de uma forma muito positiva, no essencial estão associados à defesa da Constituição. O conteúdo do Direito à Habitação ou do Vida Justa, são reivindicações que estão constitucionalizadas, correspondem à transposição para o espaço público da defesa de direitos constitucionais. Depositámos muita confiança no sistema político-partidário e, sendo verdade que as democracias não podem viver sem partidos políticos, estes têm um problema, estão a acompanhar as dificuldades da democracia representativa. Não os devemos autonomizar dos regimes democráticos em que temos assistido a um abaixamento das expectativas dos cidadãos por incapacidade de afirmação do Estado, das suas funções e do Estado Social. Se há uma correspondência da sociedade civil, com boa dinâmica democrática, com a afirmação de movimentos sociais em torno de direitos constitucionalizados, no fundo a fazer cumprir a constituição, se surgem como compensação do que deveria ser a função dos partidos, acho que este tipo de movimentos correspondem a uma dinâmica muito positiva. Estes dois movimentos funcionam como mecanismo compensatório de algo que devia ser exercido pelo sistema político partidário. Os partidos não esgotam a democracia, nunca assim foi.

## **É o único reflexo dessa desilusão da sociedade com os partidos?**

Tendo em conta as dificuldades que as democracias atravessam, há outro caminho, chama-se populismo. São diversos, quer se manifestem no plano a sindical, como temos assistido na questão dos professores, quer se manifestem na reconfiguração do sistema político-partidário com a afirmação dos partidos de extrema-direita. É um fenómeno com uma tradução prática em Portugal: a chegada do Chega e o modo como conseguiu organizar este descontentamento e outro, um pouco mais perturbante, o modo como legítimas reivindicações acabam sujeitas a uma lógica de reivindicação populista radical, como vemos na greve dos professores. As aspirações são mais do que justas, mas uma coisa é um caderno reivindicativo, outra é o modo como é exercido o direito à greve e, outra ainda, a da ultrapassagem para uma agenda política.

## **Podemos ver estes movimentos como sinal de uma sociedade civil mais madura?**

Não sei se está mais madura, mas é uma sociedade civil que está a fazer o que deve. A sociedade, como um todo, está a definir-se como uma sociedade onde existe muita vulnerabilidade, muita fragilidade e onde aquilo que são os elementos fundamentais para uma existência decente e digna de cada ser humano, de cada pessoa, se tornam mais evidentes e mais crus. Se está madura, não sei. Tivemos movimentos da sociedade civil na rua quando foi o 25 de abril, mesmo sobre a habitação, muito além da lógica partidária.

## **Tendo em conta as dificuldades que as democracias atravessam, há outro caminho, chama-se populismo**

### **Mas esmoreceu logo depois ...**

Um pouco, sim. Houve um processo de normalização das reivindicações cívico-políticas que foram ganhando expressão no sistema político-partidário. A partir do momento em que se foi transformando, com as dificuldades das democracias liberais, é natural que a sociedade civil em Portugal se volte a manifestar. A ideia de uma vida justa ou de uma habitação digna, são valores que estão em vários artigos da Constituição. Esta via não é populista, em Portugal os populistas não defendem a constituição. Há uma apropriação do descontentamento, mas não é para fazer cumprir a constituição, muito pelo contrário.

## **No que à população diz respeito, estes movimentos têm mais ou menos impacto que iniciativas partidárias?**

Não sei medir o impacto. Vivemos um momento particular, existe legitimidade democrática, uma maioria, mas do ponto de vista sociológico existe uma deceção, um certo desconforto, por parte da população quando olha para o que vai acontecendo no sistema político-partidário.

## **A luta dos professores foi, claramente, monopolizada por uma agenda política através de uma reivindicação laboral. O que percebemos é que existe, além da luta justa dos professores, um aproveitamento para levar ao terreno uma agenda política**

**Todos estes movimentos acabam por ter militantes de vários partidos. É um risco para a independência dos mesmos?**

Em Portugal, a dificuldade dos partidos em chegar às pessoas, está a fazer emergir um fenómeno que é a associação de partidos às dinâmicas reivindicativas da sociedade civil. Os partidos políticos não têm alternativa que não seja acompanhar estes movimentos, já se tornaram incapazes de mobilizar as pessoas fora dos momentos eleitorais. Ainda bem que estes dois movimentos estão a fazer a defesa dos direitos constitucionais de uma forma que torna impossível que alguns partidos deixem de se associar a esta dinâmica.

## **A pergunta é válida no sentido inverso. A associação destes movimentos a determinados partidos não os enfraquece?**

Não enfraquece os movimentos, antes traduz a fragilidade do nosso sistema político-partidário. Não podemos ter uma perspetiva da participação política circunscrita à vida partidária. Todos os partidos políticos sabem que o que se passa no espaço público ultrapassa em muito a sua capacidade de chegar aos cidadãos. O problema está no diálogo que tem de existir entre partidos políticos e as pessoas. Acho quase inevitável que existam partidos que se associem a estes movimentos por incapacidade política de chegar à sociedade civil. O facto é que estes movimentos são o testemunho vivo do que os partidos políticos deviam fazer. Uma coisa distinta, são os movimentos que temos visto na sociedade portuguesa, que se dizem inorgânicos mas que não o são, que buscam uma via de radicalização, puxando para a extrema-direita ou para a extrema-esquerda as reivindicações no espaço público. Um exemplo é a luta dos professores que foi, claramente, monopolizada por uma agenda política através de uma reivindicação laboral. O que percebemos é que existe, além da luta justa dos professores, um aproveitamento para levar ao terreno uma agenda política.

Facebook, Twitter, Instagram, More icons